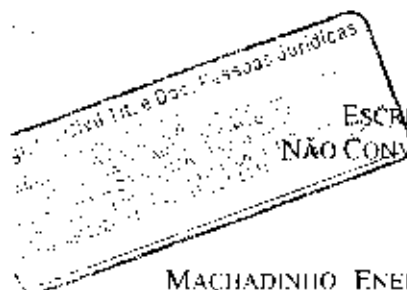
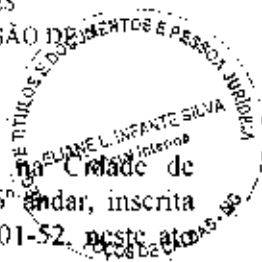


842576



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES
NÃO CONVERSÍVEIS E SUBORDINADAS DA PRIMEIRA EMISSÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
MACHADINHO ENERGÉTICA S.A.



MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., companhia aberta, com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Bocaiuva 2468, 6º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 03.076.274/0001-52, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora");

HEJOASSU ADMINISTRAÇÃO LTDA., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Ramos de Azevedo 254, 2º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 61.194.148/0001-07, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Hejoassu");

ALCOA ALUMÍNIO S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, no km 10 da Rodovia Poços de Caldas/Andradas, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 23.637.697/0001-01, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Alcoa");

CAMARGO CORRÊA S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal 160, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 01.098.905/0001-09, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("CCSA");

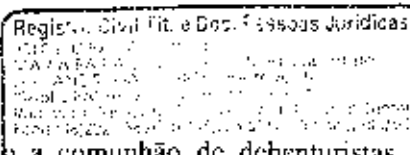
VALESUL ALUMÍNIO S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Aterrado do Leme 1225, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 42.590.364/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Valesul" e, em conjunto com Hejoassu, Alcoa e CCSA, "Fiadores");

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. República do Chile 100, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 33.657.248/0001-86, neste ato representado nos termos de seu estatuto social, na qualidade de responsável pelo pagamento do Preço de Exercício (conforme definido na Cláusula 3.16 abaixo) ("BNDES"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 3333, Grupo 307/8/9, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu estatuto social, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido

O R.T.D. Registrado e Microfilmado

[Handwritten signatures and initials]



abaixo), representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Debêntures") ("Agente Fiduciário").

resolvem celebrar a presente "Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis e Subordinadas da Primeira Emissão de Machadinho Energética S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

I

DA AUTORIZAÇÃO

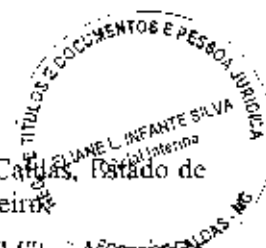
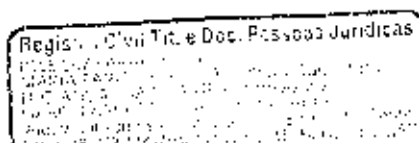
- 1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 21 de setembro de 2000, re ratificada pela assembleia geral dos acionistas da Emissora realizada em 23 de novembro de 2000.
- 1.2 As assembleias gerais extraordinárias dos acionistas da Emissora delegaram ao conselho de administração da Emissora competência para (i) alterar, se necessário, as matérias aqui dispostas, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76; e (ii) cancelar as Debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria.

II

DOS REQUISITOS

- 2.1 A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:
 - I. *arquivamento e publicação das atas das assembleias gerais extraordinárias.* As atas das assembleias gerais extraordinárias que deliberaram e re ratificaram a emissão das Debêntures foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 19 de outubro de 2000 e 28 de novembro de 2000, respectivamente, e publicadas no "Diário Oficial do Estado de Santa Catarina" e no jornal "Diário Catarinense" em 26 de outubro de 2000 e 1º de dezembro de 2000, respectivamente;
 - II. *registro da Escritura de Emissão.* A presente Escritura de Emissão será registrada no competente cartório de registro de imóveis da Comarca de Florianópolis, Estado de Santa Catarina;
 - III. *registro da Obrigação Adicional (conforme definido abaixo).* A Obrigação Adicional será registrada nos cartórios de registro de títulos e documentos das Comarcas de Florianópolis, Estado de Santa

O R T D Registrado e Microfilmado



Catarina, São Paulo, Estado de São Paulo, Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

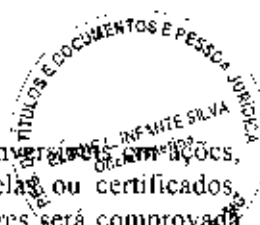
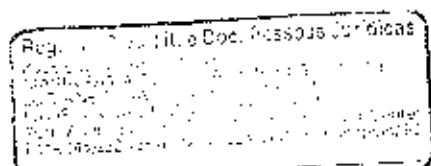
- IV. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")*. A emissão será registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- V. *registro no Sistema Nacional de Debêntures ("SND")*. A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANDIMA"), e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"); e
- VI. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID")*. A emissão será registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID aprovado em sua assembléia geral realizada em 27 de agosto de 1998.

III

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 3.1 *Objeto social da Emissora*. A Emissora tem por objeto (i) construir e manter a propriedade parcial da Usina Hidrelétrica Machadinho ("UHE Machadinho"), para tanto podendo inclusive arrendá-la ou, de outra forma, dispor dos ativos da UHE Machadinho para fins de exploração desta, pelos acionistas; (ii) prestar serviços de assistência técnica no campo de suas atividades; e (iii) participar em outras sociedades como sócia ou acionista, desde que estas sociedades estejam de alguma forma ligadas à construção e/ou exploração da UHE Machadinho, ou para fins fiscais conforme estabelecido na legislação aplicável, ou ainda como investimento temporário na administração de recursos financeiros da própria Emissora.
- 3.2 *Número da emissão*. A presente Escritura de Emissão representa a primeira emissão de debêntures da Emissora.
- 3.3 *Valor total da emissão*. O valor total da presente emissão é de R\$320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 3.4 *Valor nominal*. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal") na Data de Emissão.
- 3.5 *Quantidade*. Serão emitidas 32.000 (trinta e duas mil) Debêntures.
- 3.6 *Séries*. A emissão será realizada em série única.

em 2 (duas) cópias autênticas e Microfilmado



3.7 ~~Conversibilidade e forma.~~ As Debêntures serão não conversíveis em ações, emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures ("Instituição Depositária"). Adicionalmente, será expedido pelo SND o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND.

3.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie subordinada.

3.8.1 *Obrigação adicional ("Obrigação Adicional").* Pela presente Escritura de Emissão, Hejoassu, Alcoa, Valesul e CCSA desde já obrigam-se, perante os debenturistas, como fiadores e principais pagadores da Emissora, renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 1.006, 1.485, 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502, 1.503 (incisos I e III) e 1.504 do Código Civil, nos artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil, pelo pagamento do Valor Nominal das Debêntures acrescido da Remuneração e, se for o caso, dos encargos moratórios a que se refere a Cláusula 3.19 abaixo, e de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão (incluindo quaisquer encargos decorrentes de eventuais ações judiciais) em caso de inadimplemento da Emissora de toda e qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão. A fiança a que se refere esta Cláusula será, nos termos do artigo 1.494 do Código Civil, prestada pelos Fiadores nas seguintes proporções da totalidade do débito:

- I. Hejoassu: 43,9313%;
- II. Alcoa: 34,9482%;
- III. Valesul: 12,9080%; e
- IV. CCSA: 8,2125%.

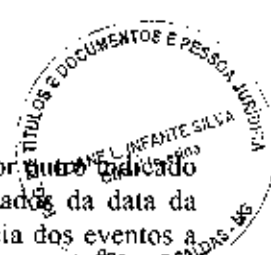
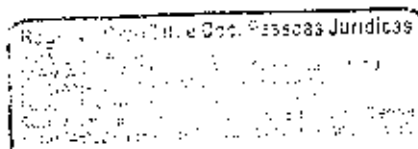
3.8.2 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução da fiança, observadas as proporções assumidas por cada um dos Fiadores, nos termos da Cláusula 3.8.1 acima, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

3.8.3 Em caso de decretação de falência de qualquer dos Fiadores ou de pedido de concordata preventiva formulado por qualquer dos Fiadores, o Agente

8 R.T.D. Registrado e Autenticado

- 7140 3438608

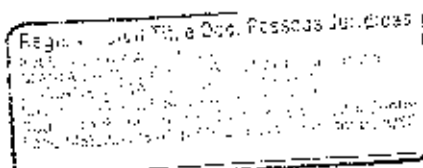
TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOA JURÍDICA



Fiduciário exigirá da Emissora a substituição de tal Fiador por outro indicado pela Emissora no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da notificação, pelo Agente Fiduciário à Emissora, da ocorrência dos eventos a que se refere esta Cláusula e aprovado (a) pelo BNDES, caso exista Direito de Venda; e (b) por debenturistas que representem, no mínimo, a maioria de todas as Debêntures em circulação, reunidos em assembléia. A falta de apresentação de substituto do Fiador no prazo a que se refere esta Cláusula ou a não aprovação de tal substituto pela assembléia de debenturistas a que se refere esta Cláusula ensejarão o vencimento antecipado de todas as Debêntures em circulação, passando os demais Fiadores solventes a responder pelo Fiador insolvente não substituído, na proporção da fiança assumida nos termos da Cláusula 3.8.1 acima, observado entretanto que a responsabilidade proporcional a que se refere esta Cláusula não excederá o dobro da proporção da fiança assumida por cada um dos Fiadores solventes nos termos da Cláusula 3.8.1 acima.

- 3.8.4 Não obstante o disposto na Cláusula 3.8.3 acima e em outros dispositivos desta Escritura de Emissão, qualquer dos Fiadores pode ser substituído mediante solicitação prévia e indicação de outro fiador substituto pela Emissora e aprovação (a) do BNDES, caso exista Direito de Venda; e (b) de debenturistas que representem, no mínimo, a maioria de todas as Debêntures em circulação, reunidos em assembléia.
- 3.8.5 A fiança aqui referida é prestada pelos Fiadores em caráter irrevogável e irretroatável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.
- 3.8.6 Para todo e qualquer pagamento que venha a ser feito por qualquer dos Fiadores, em cumprimento da Fiança ora outorgada, ocorrerá a sub-rogação do Fiador que tenha honrado a fiança em todos os direitos, ações, privilégios e garantias do credor primitivo, em relação à dívida, contra a Emissora e eventuais Fiadores insolventes.
- 3.9 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 130 de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos.
- 3.10 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.
- 3.11 *Data de emissão.* A data de emissão das Debêntures será 1º de dezembro de 2000 ("Data de Emissão").

O R.T.D. Registrado e Microfilmado



- 3.12 *Prazo e data de vencimento.* O prazo das Debêntures será de 12 (doze) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de dezembro de 2012.
- 3.13 *Prazo de subscrição e forma de integralização.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a segunda publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses contados da data do deferimento do respectivo registro pela CVM ("Prazo de Subscrição"). A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"). As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
- 3.14 *Amortização.* O Valor Nominal será pago em 21 (vinte e uma) parcelas, semestrais e sucessivas, a partir do 2º (segundo) ano contado da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2002 e o último, em 1º de dezembro de 2012, por ocasião do vencimento das Debêntures, conforme tabela abaixo ("Amortização").

Data	Valor R\$ por Debênture	Data	Valor R\$ por Debênture
01/12/2002	476,00	01/06/2008	476,00
01/06/2003	476,00	01/12/2008	476,00
01/12/2003	476,00	01/06/2009	476,00
01/06/2004	476,00	01/12/2009	476,00
01/12/2004	476,00	01/06/2010	476,00
01/06/2005	476,00	01/12/2010	476,00
01/12/2005	476,00	01/06/2011	476,00
01/06/2006	476,00	01/12/2011	476,00
01/12/2006	476,00	01/06/2012	476,00
01/06/2007	476,00	01/12/2012	480,00
01/12/2007	476,00	Total	10.000,00

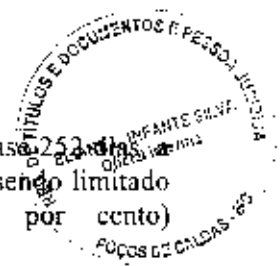
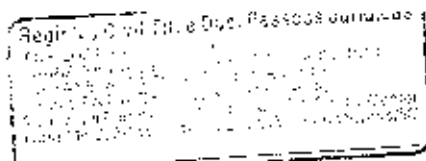
- 3.15 *Remuneração.* Observado o disposto na Cláusula 3.16 abaixo, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal, amortizado nos termos da Cláusula 3.14 acima, observado o disposto na Cláusula 3.15.2 abaixo e estabelecidos com base na taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional ("Taxa DI"), acrescida da sobretaxa

P.R.T.D. Registro e Microfilmado

- 7FEV 2001 3438608

TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

001



correspondente a um determinado percentual efetivo ao ano, base 252 dias, ser estabelecido na forma prevista na Cláusula 3.15.1 abaixo, sendo limitado ao máximo de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ("Remuneração").

3.15.1 *Sobretaxa.* Para definição da sobretaxa a que se refere a Cláusula 3.15 acima, será adotado o procedimento de *bookbuilding* na distribuição das Debêntures, a ser organizado pelos coordenadores desta emissão ("Coordenadores") de acordo com os procedimentos previstos no Anexo I a esta Escritura de Emissão ("Sobretaxa"). Ao final deste processo, o conselho de administração da Emissora ratificará em reunião a Sobretaxa final da Remuneração das Debêntures, utilizando-se dos poderes para deliberar sobre determinadas condições da emissão que, nos termos da Lei n.º 6.404/76, lhe foram delegados nas assembleias gerais extraordinárias a que se refere a Cláusula 1.1 acima, devendo a presente Escritura de Emissão ser objeto de aditamento para que dela conste a Sobretaxa final.

3.15.2 *Periodicidade de pagamento da Remuneração.* A Remuneração das Debêntures será paga em 44 (quarenta e quatro) parcelas trimestrais e sucessivas, a partir do 15º (décimo quinto) mês contado da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de março de 2002 e o último, em 1º de dezembro de 2012, por ocasião do vencimento das Debêntures.

A Remuneração será calculada diariamente, desde a Data de Emissão até a data de vencimento, tomando-se por base a Taxa DI divulgada no dia acrescida da Sobretaxa e será acumulada desde a Data de Emissão até a data do pagamento da primeira parcela da Remuneração, no caso da primeira parcela da Remuneração, e, a partir daí, acumulada diariamente no período compreendido entre duas datas consecutivas de vencimento da Remuneração.

3.15.3 *Fórmula de cálculo da Remuneração.*

$$J = VN \times \left\{ \left[\prod_{i=1}^f (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

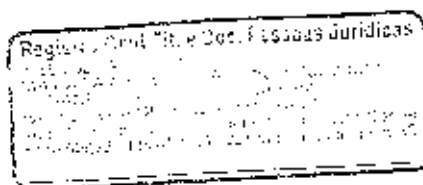
Onde:

J = valor da Remuneração a ser paga nas datas de seus respectivos vencimentos;

VN = Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal da Debênture, no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

O R.T.D. Registrado e Notarizado

[Handwritten signatures and initials]



$$\prod_{i=1}^{i=f} =$$

produto dos i termos FI referentes a cada dia útil contido

entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, com i variando de 1 até f .

$f =$

número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização.

$FI_i =$

fatores de remuneração, verificados nos f dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[\left(\frac{CDI_{CETIP}}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right], \text{ onde:}$$

$CDI_{CETIP} =$

taxa média diária de depósitos interfinanceiros – DI de um dia – extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano;

$dj =$

número de dia (s) útil(cis) correspondentes ao prazo de validade da taxa CDI CETIP;

$S =$

fator da sobretaxa calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left(\frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}}, \text{ onde:}$$

$s =$

sobretaxa efetiva expressa em % ao ano, definida em processo de *bookbuilding*, base 252 dias, observado disposto na Cláusula 3.16 abaixo.

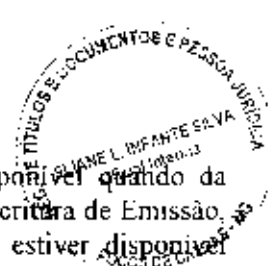
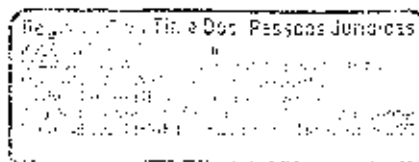
$du =$

número de dias úteis de cada Período de Capitalização;

Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração, inclusive, no caso dos Períodos de Capitalização subseqüentes, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusiva, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

e/ R. TD, Registrado e Microfilmado

TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOA JURÍDICA
- 7 FEVEREIRO 2008
46386008



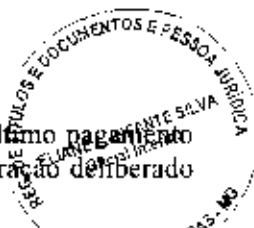
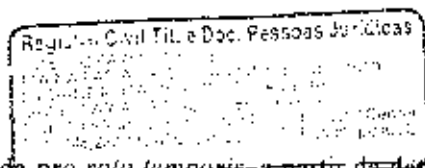
3.15.4 *Apuração da Taxa DI.* Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

3.15.5 *Extinção, impossibilidade legal de utilização ou não divulgação da Taxa DI.* Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI superior a 30 (trinta) dias após a data esperada para sua divulgação, de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicado o parâmetro legal, se houver, ou o parâmetro utilizado pelo mercado, e, na ausência destes, o Agente Fiduciário convocará assembleia geral de debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, observada a legislação aplicável. A Emissora deverá submeter à aprovação do BNDES sua proposta para o novo parâmetro de remuneração das Debêntures previamente à realização da assembleia dos debenturistas a que se refere esta Cláusula, caso ainda exista Direito de Venda, aprovação esta que não poderá ser injustificadamente negada ou retardada. É facultado à Emissora, caso discorde da deliberação da assembleia de debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao Agente Fiduciário no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização ou de encerramento da assembleia de debenturistas, o que ocorrer por último, escolher, a seu critério, entre (a) promover o resgate da totalidade das Debêntures em circulação no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da decisão da Emissora, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal, amortizado nos termos da Cláusula 3.14 acima, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração, vigendo até o resgate o critério de Remuneração deliberado pela referida assembleia de debenturistas; ou (b) utilizar, até que a Emissora, o BNDES (caso exista Direito de Venda) e os debenturistas cheguem a um acordo quanto ao novo parâmetro de remuneração, a média aritmética da Remuneração então vigente no período de 90 (noventa) dias imediatamente anterior à data de ocorrência de qualquer dos eventos a que se refere esta Cláusula ou a remuneração do sétimo dia útil anterior a última remuneração praticada, a que for maior, sendo que, caso não haja acordo no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da decisão da Emissora, a Emissora promoverá o resgate da totalidade das Debêntures em circulação no prazo de até 90 (noventa) dias contados do término do prazo a que se refere esta alínea, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal, amortizado nos termos da Cláusula 3.14 acima, acrescido da Remuneração devida até a data

PR TD, Restrição e Identificação

TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOA JURÍDICA

01



do resgate, calculada ~~pro rata temporis~~ a partir da data do último pagamento da Remuneração, vigendo até o resgate o critério de Remuneração deliberado pela referida assembleia de debenturistas.

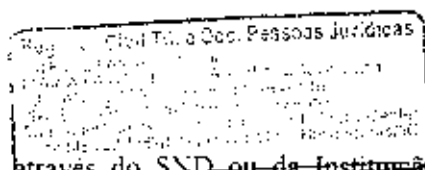
- 3.16 *Repactuação e Direito de Venda.* O conselho de administração da Emissora deverá repactuar determinadas características das Debêntures, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. entre os dias 16 de novembro de 2004 (inclusive) e 19 de novembro de 2004 (inclusive), o conselho de administração da Emissora comunicará aos debenturistas, ao menos 1 (uma) vez, nos termos da Cláusula 3.23 abaixo, (a) a nova Sobretaxa; (b) o período de vigência da nova Sobretaxa, que não será inferior a 1 (um) ano; (c) a data de nova repactuação, se houver, que não ocorrerá antes de 1 (um) ano; (d) a data de eventual resgate antecipado facultativo, que não ocorrerá antes de 1 (um) ano; (e) demais disposições aplicáveis às Debêntures, que, observado o disposto no inciso VII abaixo, passarão todas estas características a ter vigência a partir do dia 1º de dezembro de 2004. Na mesma comunicação, serão divulgados os locais da Instituição Depositária nos quais os debenturistas cujas Debêntures estejam ali depositadas poderão exercer o Direito de Venda;

- II. previamente à comunicação aos debenturistas a que se refere o inciso I acima, a Emissora deverá ter obtido a aprovação do BNDES à sua proposta de repactuação das Debêntures. A falta de manifestação do BNDES neste sentido no prazo a que se refere o inciso I acima será considerada aprovação, pelo BNDES, à proposta de repactuação das Debêntures apresentada pela Emissora. Caso a Emissora e o BNDES não tenham chegado a um acordo quanto à repactuação das Debêntures no prazo a que se refere o inciso I acima, encerrar-se-á a repactuação, pela qual (a) a nova Sobretaxa será 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento); (b) o período de vigência da nova Sobretaxa será de 4 (quatro) anos; (c) a nova repactuação ocorrerá ao final do período a que se refere a alínea anterior; e (d) será permitido à Emissora realizar, a seu critério, resgate antecipado facultativo a partir do dia 1º de dezembro de 2005, nos termos da Cláusula 3.17 abaixo, mantendo-se inalteradas as demais condições das Debêntures, observando-se o procedimento previsto nesta Cláusula;

- III. os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo conselho de administração da Emissora terão o direito de vender ao BNDES, no dia 1º de fevereiro de 2005, todas ou parte das Debêntures de que são titulares ("Direito de Venda"), desde que manifestem, entre os dias 22 de novembro de 2004 (inclusive) e 26 de novembro de 2004

NOTA. Resistido e Inconformado



(inclusive), ~~através do SND ou da Instituição~~ Depositária, caso as Debêntures não estejam depositadas no SND, o exercício do Direito de Venda, indicando a quantidade de Debêntures sobre a qual desejam exercer o Direito de Venda ("Debêntures a Serem Exercidas") e a repactuação a que se refere esta Cláusula, a ser realizada em 1º de dezembro de 2004, não caberá direito de vender ou de ter todas ou parte das Debêntures de que são titulares vendidas ou resgatadas pela Emissora;

- IV. decorrido o prazo de manifestação do Direito de Venda a que se refere o inciso III acima, o exercício do Direito de Venda pelo debenturista será irrevogável e irretirável, sendo certo que (a) a falta de manifestação por parte dos debenturistas no prazo a que se refere o inciso III acima ou (b) a manifestação relativa a somente parte das Debêntures de que forem titulares será considerada aceitação, por tais debenturistas, aos termos da repactuação relativamente às Debêntures que não forem indicadas nos termos do inciso III acima;
- V. o Direito de Venda não se aplica (a) às Debêntures que não foram indicadas pelo debenturista para o exercício do Direito de Venda dentro do prazo a que se refere o inciso III acima; (b) em caso de inadimplência da Emissora ou de qualquer dos Fiadores nesta Escritura de Emissão, ainda que não tenha sido declarado o vencimento antecipado das Debêntures; e (c) em caso de vencimento antecipado das Debêntures;
- VI. fica desde já certo e ajustado que as Debêntures a Serem Exercidas ficarão bloqueadas e não poderão ser negociadas ou retiradas do SND ou da Instituição Depositária desde a manifestação do debenturista a que se refere o inciso III acima até o dia 1º de fevereiro de 2005;
- VII. em até 5 (cinco) dias úteis contados do dia 26 de novembro de 2004, a Emissora informará ao Agente Fiduciário e ao BNDES a quantidade das Debêntures a Serem Exercidas, sendo sua aquisição, pelo BNDES, nos termos desta Cláusula, efetuada pelo saldo do Valor Nominal, amortizado nos termos da Cláusula 3.14 acima, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, ou seja, até o dia 1º de fevereiro de 2005, sendo certo entretanto que as condições da Remuneração aplicáveis às Debêntures a Serem Exercidas até a data do pagamento, ou seja, o dia 1º de fevereiro de 2005, serão aquelas a que se refere a Cláusula 3.15 acima, ou seja, a Remuneração em vigor até o dia 30 de novembro de 2004, anterior à repactuação divulgada pelo conselho de administração da Emissora

6. R. 11. Registrado e Minutillimato

204

nos termos do inciso I acima, calculada *pro rata temporis* (proporcionalmente ao Exercício"). No dia ~~1º~~ imediatamente anterior ao dia 1º de fevereiro de 2005, a Emissora enviará ao SND documento informando o Preço de Exercício, que deverá conter a aprovação do BNDES;

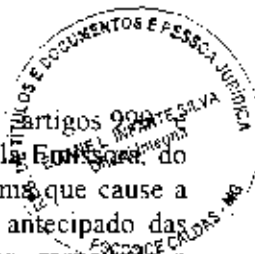
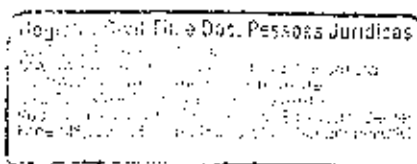
VIII. no dia 1º de fevereiro de 2005, o SND ou a Instituição Depositária, conforme o caso, liquidarão automaticamente a compra e venda das Debêntures a Serem Exercidas, por meio de transferência das Debêntures a Serem Exercidas da conta de custódia do debenturista para a conta de custódia do BNDES, com o respectivo pagamento, pelo BNDES ao debenturista, do Preço de Exercício, observado, relativamente às Debêntures a Serem Exercidas depositadas no SND, o Regulamento de Operações do SND, divulgado pela ANDIMA. A liquidação das operações de compra e venda a que se refere este inciso será considerada quitação do pagamento do Preço de Exercício pelo BNDES aos debenturistas; e

IX. a responsabilidade pelo pagamento do Preço de Exercício aos debenturistas que exerceram o Direito de Venda é única e exclusiva do BNDES, não havendo qualquer responsabilidade ou solidariedade por parte da Emissora ou de qualquer dos Fiadores relativamente às obrigações do BNDES nos termos desta Cláusula, e o descumprimento, pelo BNDES, das obrigações a que se refere esta Cláusula não acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, cabendo ao Agente Fiduciário, conforme previsto em lei e na Cláusula 6.5.2 abaixo, promover as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à cobrança dos valores devidos pelo BNDES aos debenturistas em decorrência do disposto nesta Cláusula.

3.16.1 *Eventuais novas repactuações.* Observado o que vier a ser definido pela repactuação nos termos da Cláusula 3.16 acima, eventuais novas repactuações, deliberadas pelo conselho de administração da Emissora e divulgadas aos debenturistas nos termos da Cláusula 3.23 abaixo, deverão dispor sobre (a) alterações à Sobretaxa; (b) o período de vigência da Sobretaxa; (c) a data de nova repactuação, se houver; (d) a data de eventual resgate antecipado facultativo; e (e) demais disposições aplicáveis às Debêntures.

3.16.2 *Inexistência de novação para os Fiadores.* Os Fiadores desde já concordam com os termos da repactuação a que se refere a Cláusula 3.16 acima e eventuais novas repactuações deliberadas pela Emissora, desde que atendidas e observadas todas as determinações constantes da Cláusula 3.16 acima e quanto às novas repactuações, as determinações previstas na Cláusula 3.16.1 acima, sendo certo desde já que tais repactuações não importarão em

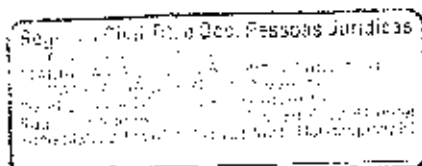
9 R.T.D. Registrado e Microfilmado



novação, conforme ~~definida e regulada nos termos dos artigos 909 e 910~~ seguintes do Código Civil brasileiro. O descumprimento, pela Emissora, do procedimento previsto nesta Cláusula e na Cláusula 3.16 acima, que cause a exoneração de qualquer dos Fiadores, ensejará vencimento antecipado das Debêntures, mantendo-se a fiança em pleno vigor neste caso, respeitado o disposto na Cláusula 3.8.1 acima.

- 3.17 *Resgate antecipado facultativo.* A partir (i) do dia 1º de dezembro de 2005 ou (ii) da data que vier a ser determinada pelo conselho de administração da Emissora nos termos do inciso I da alínea (d) da Cláusula 3.16 acima, o que ocorrer por último, a Emissora reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal, amortizado nos termos da Cláusula 3.14 acima, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos da data de resgate nos termos da Cláusula 3.23 abaixo. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis.
- 3.18 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 55 da Lei n.º 6.404/76, adquirir Debêntures em circulação. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 3.19 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos de Remuneração, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 3.20 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

P.R.T.D. Registrado e Machadinho



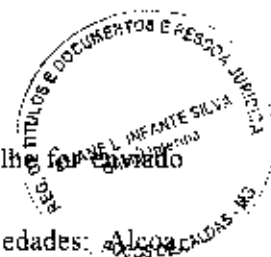
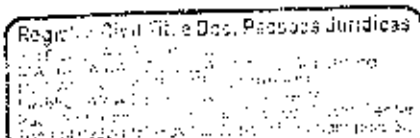
- 3.21 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes ao principal e à Remuneração a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, por intermédio do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e na Instituição Depositária para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND.
- 3.22 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.
- 3.23 *Publicidade.* Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de aviso, nos jornais "Gazeta Mercantil", edição nacional, e "Diário Catarinense", em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências durante o prazo de existência das Debêntures. Caso os jornais "Gazeta Mercantil" e "Diário Catarinense", deixem de ser publicados, os debenturistas decidirão o jornal substituto, a partir de lista triplíce de jornais com edição nacional apresentada pela Emissora aos debenturistas em assembleia convocada para este fim.
- 3.24 *Vencimento antecipado.* Observado o disposto nas Cláusulas 3.24.1 e 3.24.2 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora, do saldo do Valor Nominal, amortizado nos termos da Cláusula 3.14 acima, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II abaixo, dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.19 acima, de acordo com o previsto na Cláusula 3.24.2 abaixo), na ocorrência dos seguintes eventos:
- I. decretação de falência da Emissora ou de qualquer dos Fiadores ou pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou por qualquer dos Fiadores, observado o disposto na Cláusula 3.8.4 acima;
 - II. não pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal, amortizado nos termos da Cláusula 3.14 acima, da Remuneração, das Amortizações e de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado pela Emissora ou pelos Fiadores no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da respectiva data de vencimento;
 - III. falta de cumprimento, pela Emissora ou pelos Fiadores, de toda e qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada

42770 Rescindido e Microfilmado

3438608

11/03/2011

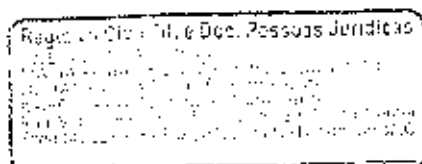
11/03/2011



em 10 (dez) dias úteis, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;

- IV. extinção ou perda, por qualquer uma das seguintes sociedades: Alcoa, Camargo Corrêa Cimentos, controlada da CCSA, Companhia Brasileira de Alumínio ("CBA"), S.A. Indústrias Votorantim ("SAIV") e Companhia de Cimento Rio Branco ("CRB"), controladas da Hejoassu, ou Valesul, da concessão do direito de exploração do potencial hidráulico do segmento do Rio Pelotas localizado nos Municípios de Piratuba, Estado de Santa Catarina, e de Maximiliano de Almeida, Estado do Rio Grande do Sul ("Concessão"), outorgada nos termos do "Contrato de Concessão n.º 009/97 para Geração de Energia Elétrica" celebrado em 15 de julho de 1997 entre a União, representada pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (sucedido posteriormente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel), Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. – Eletrosul (sucendida posteriormente por Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.), Alcoa, Camargo Corrêa Cimentos, CBA, SAIV, CRB, Valesul, Inepar Energia S.A. ("Inepar"), Departamento Municipal de Eletricidade ("DME"), Companhia Paranaense de Energia ("Copel"), Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Celesc") e Companhia Estadual de Energia Elétrica ("CEEE" e, em conjunto com Alcoa, Camargo Corrêa Cimentos, CBA, SAIV, CRB, Valesul, Inepar, DME, Copel e Celesc, simplesmente "Acionistas da Emissora"), e seus aditamentos ("Contrato de Concessão"), ressalvado o caso em que referida sociedade tenha sido substituída na Concessão, devidamente aprovada pelo Poder Concedente;
- V. vencimento antecipado do contrato de financiamento mediante abertura de crédito, a ser celebrado entre a Emissora e o BNDES ("Contrato de Financiamento do BNDES");
- VI. alienação do controle acionário, tal como previsto em lei, de qualquer dos Fiadores para pessoas, físicas ou jurídicas, conforme o caso, que não sejam suas controladas, ou controladoras, ou sujeitas a controle comum;
- VII. alienação, total ou parcial, por qualquer uma das seguintes sociedades: Alcoa, Camargo Corrêa Cimentos, CBA, SAIV, CRB ou Valesul, de suas participações no capital social da Emissora, ressalvadas as alienações (i) para pessoas, físicas ou jurídicas, controladas, ou controladoras, ou sujeitas a controle comum de tais sociedades; ou (ii) entre tais sociedades;

de 2 TD. Rescindido e Alterado

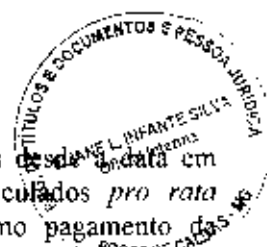
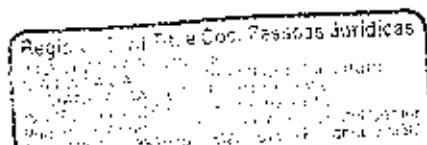


- VIII. alienação, ~~por qualquer dos Fiadores~~, de ativos essenciais à sua respectiva atividade (que, no caso de Hejoassu, inclui a alienação de suas controladas SAIV, CBA e CRB e dos ativos essenciais de tais sociedades, e no caso de CCSA, inclui a alienação de sua controlada Camargo Corrêa Cimentos e dos ativos essenciais de tal sociedade) que possa afetar a capacidade de pagamento de tal Fiador;
- IX. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora ou qualquer dos Fiadores, cujo valor agregado, com relação a qualquer um deles, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), reajustado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado ("IGPM"), ou a constituição da Emissora ou de qualquer dos Fiadores em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido efetivado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora ou pelos Fiadores, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de sustação judicial ou depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência; e
- X. vencimento antecipado de qualquer dívida certa e exigível da Emissora ou de qualquer dos Fiadores, em montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), reajustado anualmente pela variação do IGPM, em razão de inadimplemento contratual.

3.24.1 Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nos incisos I a V da Cláusula 3.24, os quais deverão ser tempestivamente informados pela Emissora e/ou pelos Fiadores ao Agente Fiduciário, nos termos da alínea (d) do inciso I da Cláusula 5.1 abaixo e do inciso IV da Cláusula 5.2 abaixo, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos VI a X da Cláusula 3.24 acima, os quais deverão ser tempestivamente informados pela Emissora e/ou pelos Fiadores ao Agente Fiduciário, nos termos da alínea (d) do inciso I da Cláusula 5.1 abaixo e do inciso IV da Cláusula 5.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da data da ciência de sua ocorrência, assembleia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para, se assim vier a ser aprovado por debenturistas que representem a maioria, no mínimo, de todas as Debêntures em circulação, declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

3.24.2 Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal, amortizado nos termos da Cláusula 3.14 acima, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II da

22 0 T.1.1. Revisado e Microfilmado



Cláusula 3.24 ~~acima, dos encargos moratórios calculados desde a data em~~ que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), ~~calculados desde a data em~~ *calculados pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, em até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento de comunicação sobre a declaração do vencimento antecipado, enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora e a cada um dos Fiadores através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 10.1 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.19 acima, que, na hipótese prevista no inciso II da Cláusula 3.24 acima, serão calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados.

- 3.24.3 No 1º (primeiro) dia útil após o término do prazo a que se refere a Cláusula 3.24.2 acima, e não havendo o pagamento integral ali previsto, o Agente Fiduciário enviará aos Fiadores notificação para que efetuem, no 5º (quinto) dia útil subsequente ao recebimento da notificação, observadas as proporções a que se refere a Cláusula 3.8.1 acima, o pagamento de todos os valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

IV

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a distribuição das Debêntures serão aplicados (i) na liquidação dos valores devidos pela Emissora nos termos do "Instrumento de Consolidação de Contratos de Mútuo e Outras Avenças", celebrado em 28 de abril de 2000 entre a Emissora, como mutuária, e os Acionistas da Emissora, como mutuantes ("Contrato de Consolidação") e, após a liquidação do Contrato de Consolidação; (ii) no pagamento de comissões bancárias e juros do Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Empréstimo Contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - Empréstimo Ponte n.º 018/2000-IC", firmado em 11 de maio de 1999, respectivos aditamentos, entre a Emissora, como mutuária, o BNDES, como mutuante, e Alcoa, Camargo Corrêa Cimentos, CBA, CRB, Inepar, SAIV, Valesul, como fiadores, e do "Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Empréstimo Contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - Empréstimo Ponte n.º 065/2000-IC", firmado em 13 de dezembro de 2000 entre a Emissora, como mutuária, o BNDES, como mutuante, e Alcoa, Camargo Corrêa Cimentos, CBA, CRB, Inepar, SAIV e Valesul, como fiadores (em conjunto, "Empréstimo Ponte do BNDES"); (iii) no pagamento de juros do Contrato de Financiamento do BNDES; e (iv) na construção da UIE Machadinho.

C.R.T.D. Registrado e Autenticado

- 4.1.1 A Emissora obriga-se a enviar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de (trinta) dias (i) contados do término do Prazo de Subscrição, a comprovação da liquidação do Contrato de Consolidação; e (ii) a contar da data do respectivo vencimento, a comprovação de pagamento de comissões bancárias e dos juros do Empréstimo Ponte do BNDES e do Contrato de Financiamento do BNDES

V

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

- 5.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) cópia das demonstrações financeiras relativas a cada exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias do término do respectivo exercício social;
 - (b) cópia das demonstrações financeiras relativas a cada semestre intermediário de cada exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 90 (noventa) dias do término do respectivo semestre;
 - (c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
 - (d) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, do Contrato de Concessão, dos Contratos de Arrendamento, dos Contratos de Compra e Venda de Energia, dos Contratos de Caução de Direitos Emergentes da Concessão, do Contrato de Financiamento do BNDES, de quaisquer acordos de acionistas da Emissora arquivados em sua sede, além de quaisquer contratos relevantes à sua respectiva atividade, de que a Emissora seja parte, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do descumprimento;
 - (e) qualquer informação referente à emissão das Debêntures que razoavelmente lhe venha a ser solicitada dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da referida solicitação;

- (f) informações sobre alterações estatutárias ocorridas na Emissora;
- (g) avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias de acionistas e de reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas, na mesma data em que forem publicados ou, se não forem publicados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que forem realizados; e
- (h) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- III. submeter a presente emissão de Debêntures e sua revisão anual a avaliação por, pelo menos, duas agências classificadoras de crédito em funcionamento no País e conceituadas internacionalmente;
- IV. efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207, de 1º de fevereiro de 1994;
- V. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, previamente aprovadas pela Emissora e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 6.2.6 abaixo;
- VI. estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para que preste esse serviço;
- VII. manter seguros, ou fazer com que sejam seguros, os bens de seu imobilizado operacional em companhias seguradoras de primeira linha aprovadas pelo BNDES; e
- VIII. não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures.

5.2 Cada um dos Fiadores está adicionalmente obrigado a fornecer ao Agente Fiduciário:

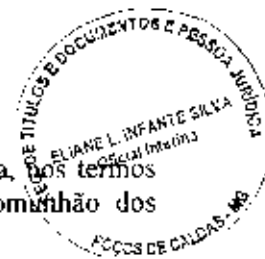
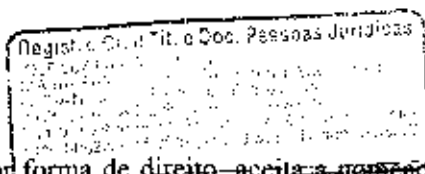
- I. cópia das demonstrações financeiras relativas a cada exercício social, e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias do término do respectivo exercício social;
- II. cópia das demonstrações financeiras relativas a cada semestre intermediário de cada exercício social, se disponível, e, em qualquer caso, declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 90 (noventa) dias do término de cada semestre;
- III. as informações previstas na Instrução CVM n.º 202/93 (com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM), se o Fiador for companhia aberta;
- IV. informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, do Contrato de Concessão, dos Contratos de Arrendamento, dos Contratos de Compra e Venda de Energia, dos Contratos de Caução de Direitos Emergentes da Concessão, do Contrato de Financiamento do BNDES, além de quaisquer contratos essenciais à respectiva atividade, de que o Fiador (sendo que, no caso de Hejoassu, também suas controladas, SAIV, CBA e CRB, e no caso de CCSA, também sua controlada, Camargo Corrêa Cimentos), seja parte, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data do descumprimento, em atendimento à Cláusula 3.24 acima;
- V. informações sobre alterações estatutárias ocorridas de acordo com o previsto nesta Escritura de Emissão; e
- VI. todos os demais documentos e informações que os Fiadores (sendo que, no caso de Hejoassu, também suas controladas, SAIV, CBA e CRB, e no caso de CCSA, também sua controlada, Camargo Corrêa Cimentos), nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário.

VI

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 6.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto da presente Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que,

[Handwritten signatures and initials]



neste ato, e na melhor ~~forma de direito aceita a nomeação~~ para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a ~~comunhão~~ dos debenturistas perante a Emissora, declarando:

- I. sob as penas de lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
 - II. aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
 - III. aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
 - IV. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983; e
 - V. a Obrigação Adicional estar constituída e ser executável.
- 6.1.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures.
- 6.2 Será devido ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga em parcelas anuais de R\$15.000,00 (quinze mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira na data da expedição do registro de emissão das Debêntures pela CVM e as demais, no mesmo dia e mês dos anos subsequentes, sendo que a remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora ou pelos Fiadores.
- 6.2.1 A remuneração não inclui as despesas a que se refere a Cláusula 3.2.6 abaixo.
- 6.2.2 Na hipótese desta Escritura de Emissão vir a ser aditada com inclusão de novas obrigações ao Agente Fiduciário, a remuneração será revista de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário.
- 6.2.3 Na hipótese de ocorrer o cancelamento da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração anual recebida e aquela a que fez jus.

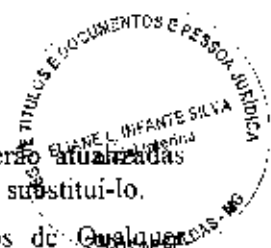
P.L.T.D. Registrado e Microfilmado

[Handwritten signatures and initials are present in this section.]

TÍTULOS E DOCUMENTOS

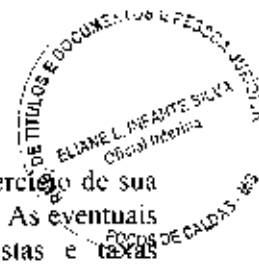
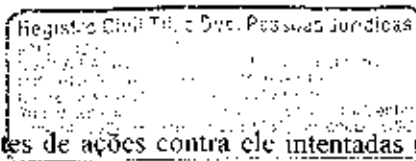
- 7 FEV 2011 3438608

Registro em Títulos e Documentos



- 6.2.4 As parcelas da remuneração anual do Agente Fiduciário serão atualizadas anualmente pelo IGP-M, ou na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo.
- 6.2.5 A remuneração será acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 6.2.6 A Emissora obriga-se a efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, previamente aprovadas pela Emissora e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma desta Cláusula, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, despesas relacionadas com:
- I. publicação de relatórios, avisos e notificações previstas nesta Escritura de Emissão em lei e regulamentos aplicáveis;
 - II. extração de certidões;
 - III. viagens, incluindo custos razoavelmente incorridos com transporte, hospedagem e alimentação;
 - IV. procedimentos judiciais ou administrativos promovidos pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos debenturistas, exceto no caso de sucumbência destes, hipótese em que os debenturistas arcarão com tais despesas na forma da Cláusula 6.2.7 abaixo; e
 - V. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.
- 6.2.7 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto no parágrafo 5º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos judiciais, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente

R. L. D. Rescindido e Microfilmado



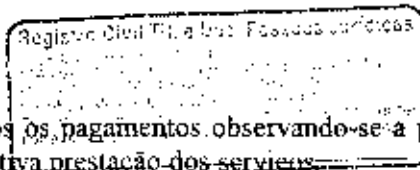
Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, enquanto representante da comunidade dos debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios, depósitos judiciais e custas e taxas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

6.2.8 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

6.3 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá então à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:

- I. nos casos de vacância, mediante nomeação pela Emissora e aprovação dos debenturistas, e aditamento à presente Escritura de Emissão;
- II. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM;
- IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário;
- V. a substituição não implicará em remuneração proporcional superior à ora avençada. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicar sua nomeação aos debenturistas, na forma do inciso XXI da Cláusula 6.4 abaixo; e

09.11.10 Registrado e Microfilmado



- VI. serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;

6.4 São deveres do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias pela Emissora e/ou pelos Fiadores, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. verificar a regularidade da constituição da Obrigação Adicional, observando a manutenção de sua exeqüibilidade;
- XI. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas, da Emissora e dos Fiadores, dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da

[Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large 'X' on the left and several other marks in the center and right.]

Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e dos Fiadores;

- XII. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XIII. convocar, quando necessário, a assembleia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- XIV. comparecer à assembleia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XV. elaborar relatório anual destinado aos debenturistas e ao BNDES, enquanto existir Direito de Venda, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou pelos Fiadores, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora ou Fiadores;
 - (b) alterações estatutárias, tanto da Emissora quanto dos Fiadores, ocorridas no período;
 - (c) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (d) resgate, repactuação, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (e) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (f) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e pelos Fiadores nesta Escritura de Emissão, especialmente aquelas previstas nas Cláusulas 3.16, 5.1 e 5.2 acima e 8.1 abaixo, conforme informações obtidas junto à Emissora e aos Fiadores; e
 - (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XVI. colocar o relatório de que trata o inciso XV acima à disposição dos debenturistas e do BNDES, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a

6. R.T.D. Registrado e Identificado

contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- (c) na CVM;
- (d) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- (e) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures;

XVII. publicar, nos órgãos da imprensa, nos termos da Cláusula 3.23 acima, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVI acima;

XVIII. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;

XIX. coordenar, em ocorrendo o resgate parcial das Debêntures a que se refere a Cláusula 3.17 acima, o sorteio das Debêntures a serem resgatadas;

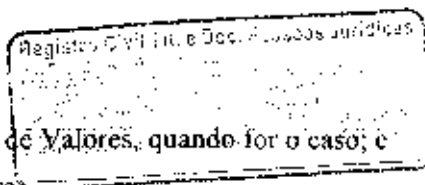
XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, especialmente as Cláusulas 3.16, 5.1 e 5.2 acima e 8.1 abaixo, do Contrato de Concessão, dos Contratos de Arrendamento, dos Contratos de Compra e Venda de Energia, dos Contratos de Caução de Direitos Emergentes da Concessão, do Contrato de Financiamento do BNDES e de quaisquer acordos de acionistas da Emissora arquivados em sua sede, conforme informações obtidas junto aos administradores da Emissora e/ou dos Fiadores, informando prontamente aos debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

XXI. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;

[Handwritten signatures and initials are present below the list item (a).]

- (b) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- (c) à Emissora;



6.5 No caso de inadimplemento da Emissora e/ou de qualquer dos Fiadores de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, especialmente as Cláusulas 3.24 e 3.24.1 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. executar, observado o disposto nesta Escritura de Emissão, os Fiadores pela Obrigação Adicional, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional dos debenturistas;
- III. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- V. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora.

6.5.1 No caso de inadimplemento do BNDES de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo, para tanto, propor as medidas judiciais e/ou extrajudiciais em face do BNDES nos termos do inciso IX da Cláusula 3.16 acima.

6.5.2 Observado o disposto nas Cláusulas 3.16, 3.24, 3.24.1 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a IV da Cláusula 6.5 acima se, na Cláusula 6.5.1 acima se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assinar o autorizar por deliberação da unanimidade dos debenturistas titulares das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso V da Cláusula 6.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria dos debenturistas titulares das Debêntures em circulação.

VII

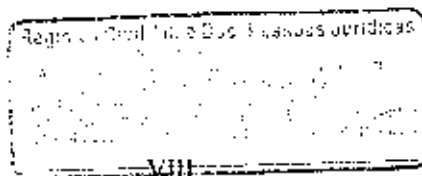
DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

7.1 Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

[Handwritten signatures and marks]

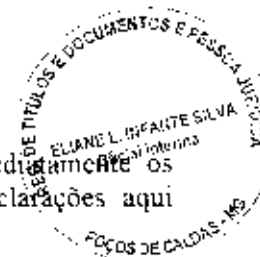
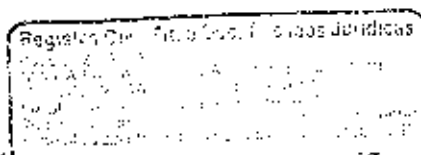
- 7.2 A assembleia dos debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação e pela CVM.
- 7.3 Aplica-se à assembleia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembleia geral de acionistas.
- 7.4 A assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 7.5 Ressalvadas as disposições expressas previstas nesta Escritura de Emissão ou em lei, e salvo no que se refere a modificações nas condições das Debêntures, que dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, a maioria de todas as Debêntures em circulação, as demais deliberações a serem tomadas em assembleia geral de debenturistas dependerão da aprovação da maioria absoluta de votos dos debenturistas presentes na assembleia, observado o disposto na Cláusula 7.6 abaixo.
- 7.6 Em qualquer caso previsto nesta Escritura de Emissão, observado o disposto na Cláusula 7.6.1 abaixo, serão excluídos para efeito de quorum, os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora e qualquer de seus acionistas, suas subsidiárias, coligadas ou controladoras ou qualquer de seus diretores ou conselheiros, e aos Fiadores, qualquer de seus acionistas, suas subsidiárias, coligadas ou controladoras ou qualquer de seus diretores ou conselheiros.
- 7.6.1 Somente serão considerados para efeito de quorum as Debêntures pertencentes às pessoas a que se refere a Cláusula 7.6 acima para votação de uma determinada matéria se, mediante solicitação de qualquer das pessoas a que se refere a Cláusula 7.6 acima, assim for aprovado, em primeira deliberação da assembleia para a qual houve a solicitação a que se refere esta Cláusula, por debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) de todas as Debêntures em circulação (excluídos para efeito do quorum de tal aprovação, os votos em branco e as Debêntures pertencentes às pessoas a que se refere a Cláusula 7.6 acima). Em qualquer caso, é permitido às pessoas a que se refere a Cláusula 7.6 acima comparecer à assembleia dos debenturistas e participar das discussões das matérias a serem votadas pelos demais debenturistas. A não obtenção, por qualquer motivo, do quorum de aprovação da solicitação a que se refere esta Cláusula ensejará a negação da solicitação para o exercício do voto.
- 7.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias dos debenturistas.
- 7.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

nº 170 Revisado e Microfilmado



DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS FIADORES

- 8.1 A Emissora e os Fiadores neste ato declaram que:
- I. são sociedades comerciais devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras;
 - II. as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
 - III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
 - IV. os termos desta Escritura de Emissão e da Obrigação Adicional (a) não implicam o inadimplemento da Emissora ou dos Fiadores em qualquer contrato ou documento do qual a Emissora ou os Fiadores (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou ao qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou os Fiadores (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face da Emissora ou dos Fiadores (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou que afete a Emissora ou os Fiadores (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades; e
 - V. esta Escritura de Emissão e a Obrigação Adicional constituem obrigações exequíveis, válidas e eficazes da Emissora e dos Fiadores.
- 8.1.1 A Emissora e os Fiadores obrigam-se de forma irrevogável e irratável a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custos judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.



- 8.1.2 A Emissora e os Fiadores ~~comprometem-se a notificar~~ imediatamente os debenturistas e o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações aqui prestadas torne-se inverídica, incompleta ou incorreta.

IX

DAS DESPESAS

- 9.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro e publicação dos atos necessários à colocação das Debêntures da presente emissão, tais como esta Escritura de Emissão e as assembleias gerais extraordinárias dos acionistas da Emissora que deliberaram sobre esta emissão das Debêntures.

X

DAS COMUNICAÇÕES

- 10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços.

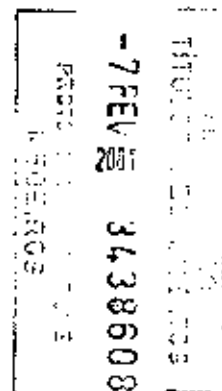
I. para a Emissora:

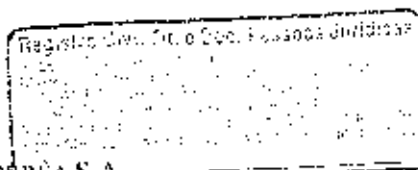
MACHADINHO ENERGÉTICA S.A.
Rua Alexandre Dumas 2100, 13º andar
04717-004 São Paulo, SP
At.: Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (11) 5188 0400
Fac-simile: (11) 5182 5951

II. para os Fiadores:

HEJOASSU ADMINISTRAÇÃO LTDA.
Praça Ramos de Azevedo 254, 1º andar
01037-912 São Paulo, SP
At.: Votorantim Energia Ltda. - Diretoria
Telefone: (11) 3225 3167
Fac-simile: (11) 3361 3624

ALCOA ALUMÍNIO S.A.
Av. Maria Coelho de Aguiar 215, Bloco C, 4º andar
05805-000 São Paulo, SP
At.: Diretor Financeiro
Telefone: (11) 3741 5854
Fac-simile: (11) 3741 6000





CAMARGO CORRÊA S.A.

Rua Funchal 160

04551-903 São Paulo, SP

At.: Diretoria de Desenvolvimento de Negócios - Energia

Telephone: (11) 3841 5830

Fac-simile: (t1) 3841 5166

VALESUL ALUMÍNIO S.A.

Estrada do Aterrado do Leme 1225

23579-900 Santa Cruz Rio de Janeiro, RJ

At : Diretor Presidente

Telephone: (211) 414 5205

Fac-simile: (21) 414 5193

III. para o BNDES:

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Av. República do Chile 100

20139-900 Rio de Janeiro, RJ

At.: Diretor da Área de Projetos de Infra-Estrutura

Telephone: (21) 277 7051

Fac-simile: (21) 262 8123

IV. para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS

Av. das Américas 3333, Grupo 307/8/9

22631-003 Rio de Janeiro, RJ

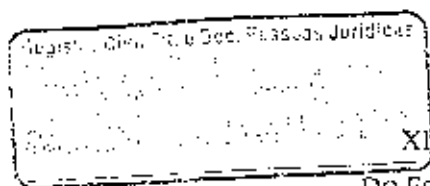
At.: Departamento de Agente Fiduciário

Telephone: (21) 3325 5059

Fac-simile: (21) 3325 5969

10.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por outro serviço de entrega nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

6º R.T.D. Registrado e Microfilmado



DO FORO



11.1 Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 9 (nove) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2001

MACHADINHO ENERGÉTICA S.A.



João Canellas Pires de Mello
 João Canellas Pires de Mello
 CPF 008 414 557-91
 RG 12 568-0

Duilio Diniz de Figueiredo
 DUILIO DINIZ DE FIGUEIREDO
 CPF 271 635 207-00
 RG 3 562 814 - SSP SC

HEJOASSU ADMINISTRAÇÃO LTDA.

Antonio de Barros Duarte
 ANTONIO DE BARROS DUARTE

João Carlos Machado
 JOÃO CARLOS MACHADO

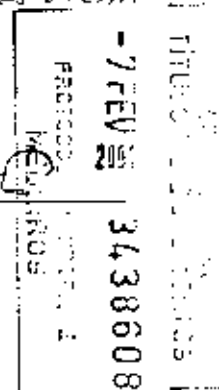
ALCOA ALUMÍNIO S.A.

Luís Carlos de Barros Duarte
 LUIS CARLOS DE BARROS DUARTE

CAMARGO CORRÊA S.A.

Luciano Rosa Duarte
 LUCIANO ROSA DUARTE

João Carlos Machado
 JOÃO CARLOS MACHADO



Registro de Títulos e Documentos-Pessoas Jurídicas
 11.º Tabelião, São Paulo, SP
 Oficial Interina: Maria Fátima de Souza
 Rua Tietê, 1000, Pq. do Carmo, 05347-000, São Paulo, SP
 Protocolado sob o nº 158401 no livro A-13
 Registrado sob o nº 155447 no fls 194 no livro 9-306
 Florianópolis, 12/02/2001
 Es. 12.568-0 RG 12.568-0

Luciano Rosa Duarte
 Luciano Rosa Duarte
 Escrevente



6 R.T.D. Registrado e Microfilmado

3º CARTÓRIO REGISTRO CIVIL - 17ª JUIZARIA
 Av. Nova Independência, 51 - Jd. 5905, 574
 VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
 RECONHECO POR SEMELHANÇA 0002 FIRMAS DE:
 001-JOÃO CARLOS MACHADINHO E 001-LINEU
 RICARDO BERN
 SÃO PAULO, 01 DE FEVEREIRO DE 2001.
 EM TESTEMUNHA DA VERDADE
 SILVIA KLEINER DE CARVALHO ESC. AUTORIZ.
 Total Custas: R\$ 3.66
 Carimbo: 456344
 Selo: 1480AA002055

RECONHECIMENTO DE FOLHA 2
 SP1480AA002055

APRESENTADO HOJE. PROTOCOLADO
 REGISTRADO EM MICROFILME. SOL
 NÚMERO 3438603
 São Paulo.
 7 FEV 2001
 Equipamento Autorizado
 REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 Rua Dr. Miguel Couto, 41 - São Paulo
 Tel: 239-0533 CEP 01033-010 - Centro

17ª Ofício de Notas
 Rua do Caracó, 65 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Reconheço por
 semelhança as firmas dos: JOÃO CARLOS PIRES DE MELLO, BUILO
 CINTO DE FIGUEIREDO, SÉRGIO DE ALEIXA MOTA e CARLOS AUGUSTO DE
 SOUZA MESQUITA
 São Paulo, 01 de fevereiro de 2001. Conf. por:
 da cartório

Renata de Araújo Ribeiro



SELO DE FISCALIZAÇÃO
 Nº BUP 65313
 SELO DE FISCALIZAÇÃO
 Nº BUP 65317
 SELO DE FISCALIZAÇÃO
 Nº BUP 65317
 SELO DE FISCALIZAÇÃO
 Nº BUP 65317
 SELO DE FISCALIZAÇÃO
 Nº BUP 65317

CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS
 RUA DR. MIGUEL COUTO, 41
 TEL: 239-0533 - São Paulo
 REGISTRO
 TOTAL RS. 202485
 No valor acima estão incluídas as custas do
 registro, registro civil e contribuições ao IRRF

17ª Ofício de Notas
 Rua do Caracó, 65 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Reconheço por
 semelhança as firmas dos: RICARDO DE BARROS MORAES BAYAO, FRANCISCO
 ROBERTO DIAS AGUIAR, ALYSSIO ANTONIO DA MOTA AGUIAR e SÉRGIO DA
 COSTA RIBEIRO
 São Paulo, 01 de fevereiro de 2001. Conf. por:
 da cartório

Renata de Araújo Ribeiro

SELO DE FISCALIZAÇÃO
 Nº BUP 65318
 SELO DE FISCALIZAÇÃO
 Nº BUP 65325
 SELO DE FISCALIZAÇÃO
 Nº BUP 65325
 SELO DE FISCALIZAÇÃO
 Nº BUP 65325
 SELO DE FISCALIZAÇÃO
 Nº BUP 65325



Cartório de Registro Civil
 Rua do Caracó, 65 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
 Tel: 239-0533
 CEP: 01033-010
 São Paulo, 01 de fevereiro de 2001
 Conf. por: da cartório

TABELA DE NOTAS
 Reconheço por SEMELHANÇA as FIRMAS de: ANTONIO
 ERMIRIO DE MORAES E JOSE EMIRIO DE MORAES FILHO.
 São Paulo, 01/02/2001. Em testemunha da verdade
 JOÃO AGRAALDO DE ALEIXA - Escrevente
 Valor R\$ 3,66 - VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

ARPEN-SP
 RECONHECIMENTO DE FOLHA 2
 918AA000664



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO
CONVERSÍVEIS E SUBORDINADAS DA PRIMEIRA EMISSÃO DE
MACHADINHO ENERGÉTICA S.A. (CONTINUAÇÃO)

VALESUL ALUMÍNIO S.A.

Sérgio L. Difante Silva
Advogado - OAB/SP 11.111

Carlos Augusto de Souto Mesquita
Advogado - OAB/SP 11.111

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Francisco Roberto Mendes Sales
Advogado - OAB/SP 11.111

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

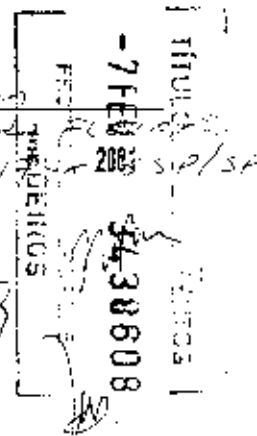
Sérgio L. Difante Silva
Advogado - OAB/SP 11.111

Tarcia Aparecida Machado Ferreira
Advogada - OAB/SP 11.111

Testemunhas:

Luiz A. Machado S. Cruz Filho
RG. 13.132.222 - SSP/SP

Vilma Fátima Cruz
RG. 13.132.222 - SSP/SP

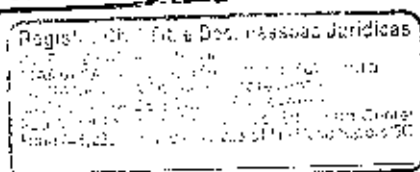
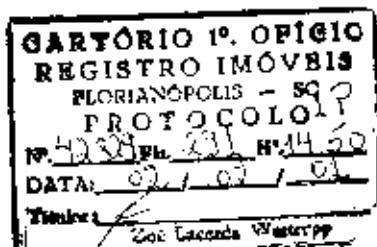


Antônio Manoel Santos - 17º Ofício de Notas
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Recabado por
assinatura a tiras de: MAPCO AURELIO MACHADO FERREIRA
Nº: 342.3
Rio de Janeiro, 01 de Fevereiro de 2001. Cont. por:
Ex. testemunho 2.17
20% P. Judicial: 0.43
Total 2.60
Régua de Azeite Ribeiro - Subscritora

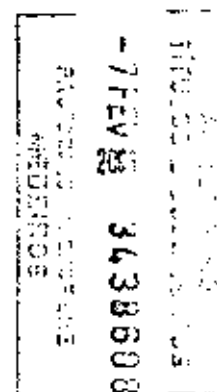




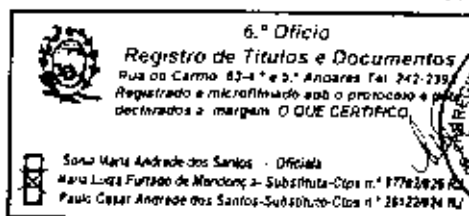
Registro do 1º Ofício de Registro Imóvel
 Livro 8 - Registro de Imóveis
 Nº 485
 Fls. 1462 - 3 de Janeiro de 2001
 Prom. Esc. - [assinatura]



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 Rua Rio Grande do Sul, 906 - 541 Poços de Caldas - MG
 Apresentado hoje para registro
 Apontado sob o nº da Ordem 44032
 do Protocolo "A", nº 8
 Registrado sob o nº da ordem 46384
 Livro 8 - 26
 REGISTRO INTEGRAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 POÇOS DE CALDAS, 08 FEV. 2001
 Oficial Interna
 Eliane L. Infante Silva
 ELIANE L. INFANTE SILVA
 Oficial Interna



09 FEV. 2001



ÁTORG: Emolumentos R\$ 313,86/8V38P7M